

A expressão da evidencialidade no gênero jornalístico

(The expression of evidentiality in journalistic genre)

Fabiana Pirotta Camargo Lourenço¹, Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale¹

¹ Programa de Pós-Graduação em Linguística – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

fabiiy_@hotmail.com, flaviavale@ufscar.br

Abstract: Evidentiality is a semantic-pragmatic category which refers to the expression of the source of information of the utterance. It is considered that the evidentiality is related to epistemic modality, as evidential markers specify the information validity, indicating the speaker's sources. Evidentials operate in the realm of knowledge and express the commitment of the speaker regarding the statement. The types of evidential qualification are: direct and indirect evidentiality (inferred or reportative). This study, therefore, describes, based on functionalist assumptions, the expedients of evidentiality marking in Brazilian Portuguese, specifically in journalistic genres, as editorials, news and opinion articles which were collected in Folha de S. Paulo.

Keywords: evidentiality; genre; functionalism; subjectivity.

Resumo: A evidencialidade é uma categoria de caráter semântico-pragmático, que se refere à expressão da fonte da informação do enunciado. Considera-se que os evidenciais se relacionam à modalidade epistêmica uma vez que qualificam a validade da informação, indicando as fontes de que o falante dispõe. Pode-se dizer então que operam no campo do conhecimento e manifestam o comprometimento do falante com relação ao enunciado. Os tipos de qualificação evidencial são: evidencialidade direta e indireta (inferida ou reportativa). O objetivo deste trabalho, portanto, é o de descrever, fundamentando-se em pressupostos funcionalistas, os expedientes de marcação da evidencialidade no português do Brasil, especialmente em gêneros jornalísticos como editorial, notícia e artigo de opinião, coletados de edições do jornal Folha de S. Paulo.

Palavras-chave: evidencialidade; gênero; funcionalismo; subjetividade.

Introdução

Uma afirmação corrente acerca dos textos jornalísticos é que esses textos primam pela imparcialidade e pela objetividade. A questão que se coloca é se todos os gêneros ligados a esse domínio são mesmo peças que veiculam informação objetiva. O que caracteriza um gênero textual é o fato de serem produzidos para interlocutores definidos e para situações nas quais estão inseridos. O jornalista, assumindo tal papel, constrói o texto/discurso guiando-se por certos princípios de textualização que lhe ajudarão a criar o sentido pretendido e o sentido que quer que seja compreendido pelos ouvintes/leitores. A língua então, nesse viés, seria uma forma de ação social, assim, a produção de um artigo de opinião, por exemplo, pode ser considerada como uma ação guiada por certas estratégias convencionalizadas, utilizadas por todo jornalista, para atingir seus objetivos. Poder-se-ia dizer então, do ponto de vista de como o sujeito se coloca no texto, das marcas de subjetividade, atreladas à modalização e evidencialidade, que perpassam o texto.

O presente trabalho tem como objetivo o de descrever os expedientes de expressão da evidencialidade, ou seja, da fonte do conhecimento no gênero jornalístico, em editoriais, notícias e artigos de opinião, buscando relacionar a evidencialidade com diferentes graus de comprometimento que podem se manifestar nesses diferentes gêneros. Desse

modo, espera-se descrever os diferentes efeitos de sentido gerados pelos diferentes tipos de evidenciais analisados, de modo a aprimorar a caracterização desses gêneros em relação ao seu grau de subjetividade. Pretende-se, ainda, mostrar as diferenças e semelhanças entre os diferentes tipos de gêneros, na medida em que se considera, com Nagamura (2011, p. 16), que, “de acordo com o discurso a partir do qual enuncia, o enunciador irá veicular sua atitude em relação ao que é dito, por vezes comprometendo-se, ou afastando-se, de acordo com a estratégia discursiva que esteja empregando”.

O *corpus* do trabalho compõe-se de 300 textos jornalísticos publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, sendo que 100 deles são notícias, 100 editoriais e 100 artigos de opinião – gêneros distintos encontrados dentro do domínio denominado jornalístico.

Muitas são as possibilidades teóricas para o estudo dos gêneros discursivos. Como afirma Marcuschi (2008, p. 151), o estudo dos gêneros é hoje “uma fértil área interdisciplinar, com atenção especial para a linguagem em funcionamento, e para as atividades culturais e sociais”.

No que diz respeito especificamente aos gêneros do jornal, segundo Bonini (2006) não há divisões claras e nítidas entre eles, mas sim uma gradação, que pode ser observada segundo os pontos de vista estrutural e semântico-pragmático. Para o autor, além de alguns gêneros caracterizarem melhor o discurso jornalístico, alguns deles podem se ligar a outros, formando blocos temáticos, que também podem ser compostos de outros gêneros.

Assim, acredita-se que para que se proceda à análise de certos gêneros jornalísticos torna-se relevante compreender os processos de produção textual e de compreensão textual, pois sabendo como funcionam esses processos pode-se compreender como o jornalista, por exemplo, constrói o texto/discurso guiando-se por certos princípios de textualização, que lhe ajudarão a criar o sentido pretendido e o sentido que se quer que seja compreendido pelos ouvintes/leitores.

A análise que ora se propõe complementa o estudo que se desenvolveu anteriormente, em que se tratou dos expedientes de modalização empregados nos textos jornalísticos mencionados. Neste estudo, considerou-se que, embora existam diferenças significativas entre os gêneros do jornal, no que diz respeito à expressão da modalização, ou seja, da manifestação subjetiva do falante/escritor, há uma aproximação entre os gêneros analisados, uma vez que notícias, editoriais e artigos fazem uso dos mesmos expedientes de modalização. A análise qualitativa da modalização em seu uso no discurso jornalístico mostrou como o processo de subjetivização concorre para a construção de um novo modo de apresentação do sujeito nos discursos contemporâneos. Nesse sentido, acredita-se que a identificação das fontes da informação nesses textos também é de extrema importância no que diz respeito às estratégias de argumentação e construção tipológica dos mesmos.

A análise da expressão da evidencialidade nos gêneros do jornal é baseada em uma visão funcionalista da língua, segundo a qual a língua é observada de acordo com seus usos em determinados contextos e engloba um conjunto de atividades, caracterizando-se como uma forma de ação que envolve uma interação contínua entre os interlocutores, e sociedade.

Estabeleceu-se, assim, uma relação entre quem fala e o que é falado, considerando-se o sujeito consciente e intencional. Nessa concepção tem-se a relevância da intenção do falante no momento em que ele diz algo por meio de certo enunciado, inserido em

certo gênero de discurso. O falante/sujeito sabe o que quer dizer e sabe a melhor maneira de dizer para que se produzam os efeitos desejados por ele.

Este trabalho organiza-se do seguinte modo: primeiramente, apresenta-se uma breve discussão teórica acerca da noção de gênero textual, de uma maneira geral, e dos gêneros do jornal, mais especificamente. Passa-se, então, à caracterização do processo de expressão da evidencialidade, de acordo com Willet (1988), Dik (1989), Dall’Aglio-Hattner (2001), Hengeveld e Mackenzie (2008), dentre outros. Em seguida, trata-se dos procedimentos metodológicos que nortearam o trabalho, apresentam-se os resultados decorrentes da análise dos *corpora* constituídos para esta pesquisa e, por fim, as conclusões a que se chegou.

A questão dos gêneros textuais

Segundo Marcuschi (2008, p. 72), “todo uso e funcionamento significativo da linguagem se dá em textos e discursos produzidos e recebidos em situações enunciativas ligadas a domínios discursivos da vida cotidiana e realizados em gêneros que circulam na sociedade”. Apesar de abordar as noções de gênero segundo a perspectiva da linguística textual, o autor estabelece algumas características que podem relacioná-lo ou até mesmo ligá-lo à perspectiva funcionalista, na medida em que relaciona os gêneros ao uso e contexto e o considera uma forma de interação estabelecida e criada no meio social. Como se sabe, um dos pressupostos básicos do funcionalismo é a de que a língua é um instrumento de comunicação destinado à interação dentro do meio social. Dessa forma fica fácil ver dentro do conceito de gênero essa função, que lhe é característica.

Na visão funcionalista, considera-se que a linguagem tem funções que são externas ao sistema e que essas funções influenciam a organização interna do sistema linguístico. Assim, relaciona-se contexto social e forma linguística, considerando a realização da linguagem em vários registros e gêneros textuais. Desse modo, uma boa produção e compreensão textual permitem uma melhor atuação social e intervenção na prática social, e disso decorre que se observa o papel de forma de ação social da língua.

Parte-se, então, da noção de que a língua é um sistema de práticas com o qual os escritores/leitores (falantes/ouvintes) agem e expressam suas intenções com ações adequadas aos objetivos de cada circunstância. Chega-se assim à noção de gênero textual.

Uma noção importante para este trabalho, e invocada por Marcuschi (2008), é a de suporte dos gêneros textuais, ou seja, o que porta o gênero. Cada gênero textual exigirá um suporte em que se fixará, para que circule na sociedade: é no jornal que a notícia, o artigo de opinião e o editorial se fixarão para sua circulação na sociedade.

Coutinho (2004, p. 35-37) afirma que “gêneros são modelos correspondentes a formas sociais reconhecíveis nas situações de comunicação em que ocorrem”. Dessa forma, uma notícia, um editorial e um artigo de opinião são gêneros textuais pertencentes ao domínio jornalístico, uma vez que são facilmente reconhecíveis nessa situação comunicativa. Tais gêneros são reconhecidos como pertencentes ao domínio jornalístico, uma vez que apresentam uma estruturação típica desse domínio, dentro do qual a especificidade dos textos é enorme, havendo, frequentemente, um estilo ou linguagem denominada ‘jornalística’, que se mostra presente em cada gênero desse domínio. Existem, inclusive,

manuais formulados especialmente para instruir os jornalistas sobre a técnica que devem adotar para escrever determinado gênero – esses manuais são elaborados pelas próprias instituições dos grandes jornais, e apresentam propósitos variados, fornecendo, por exemplo, dicas de escrita e normas de padronização para o jornal.

Assim, cada texto se ancorará no contexto situacional com a decisão por um gênero que produzirá determinado discurso e, para interpretar esse gênero textual escolhido, necessita-se além da consideração das relações co-textuais, a consideração das relações co(n)textuais. Essas relações são levadas em conta na composição da textura do texto, sua esquematização. Assim, as notícias, artigos de opinião e editoriais, por exemplo, são gêneros que circulam em um ambiente recorrente típico do domínio jornalístico. Todos que produzem tais gêneros, então, o farão de maneira semelhante, pois todos esses gêneros de jornal apresentam determinada estrutura, e sua produção será uma ação guiada por certas estratégias convencionalizadas, utilizadas por todo jornalista especialista em tais gêneros, para atingir seus objetivos.

Os gêneros citados acima (editoriais, notícias e artigos de opinião) apresentam uma configuração específica, assim como todos os outros gêneros: as notícias se configuram como o gênero mais básico de qualquer jornal e apresentam função essencialmente informativa, devendo relatar os fatos de forma clara e concisa, sem interpretação dos autores. Além disso, sua estrutura temática obedece a uma ordem segundo a qual os tópicos de nível superior geralmente ficam em primeiro lugar, de modo que as informações mais importantes aparecem sempre em primeiro plano. Já os artigos de opinião tendem a utilizar os argumentos numa ordem que vai do menos para o mais forte – trata-se de uma técnica de persuasão do leitor, uma vez que os autores desse tipo de texto expõem seu posicionamento sobre determinado tema, tentando convencer o leitor a adotar sua opinião. Os artigos de opinião, assim como os editoriais, configuram-se como gêneros opinativos, e ocupam, geralmente, seções pré-determinadas dos jornais, destinadas à veiculação de opinião.

Os gêneros também apresentam uma organização segundo ‘tipos textuais’, que são as categorias conhecidas como narração, argumentação, exposição, descrição e junção, que são propriedades linguísticas intrínsecas ao texto. As notícias, por exemplo, são textos que seguem, geralmente, uma estrutura narrativa, que pode ser acrescentada de exposições e descrições. Artigos de opinião e editoriais, por sua vez, apresentam uma estrutura argumentativa.

No que diz respeito especificamente ao gênero jornalístico, Bonini (2006) elenca uma série de 42 gêneros, categorizados em centrais e periféricos, de acordo com a maior ou menor proximidade dos propósitos principais do jornal, e, os centrais, em presos e livres, segundo o papel que desempenham na estruturação do suporte jornal. O autor classifica o editorial como um gênero central e preso, enquanto o artigo de opinião e a notícia são gêneros centrais, mas livres.

Entretanto, Bonini (2006) faz uma ressalva: as fronteiras entre os gêneros são frouxas, do ponto de vista de como a enunciação se dá. E poder-se-ia dizer, do ponto de vista de como o sujeito se coloca no texto, das marcas de subjetividade, atreladas às marcas de evidencialidade que perpassam o texto. Pode-se ter também, como outra forma de imprimir um caráter subjetivo aos enunciados, principalmente nos gêneros que se

pretende analisar, as marcas de dialogismo, que são usadas pelo falante/escritor como forma de tornar implícito ou não suas intenções, fazendo uso de discursos de outrem, para legitimar seu ponto de vista. Sobre isso é importante ressaltar que, em notícias, que são textos que visam a fazer saber (gêneros informativos), pode haver certa busca por objetividade, e o dialogismo é frequentemente mostrado por meios linguísticos e tipográficos. Já em artigos de opinião, que são textos que visam a fazer valer certa convicção (gêneros opinativos), há uma enunciação mais subjetiva, e o dialogismo é raramente mostrado, mas os outros discursos funcionam como argumentos que sustentam os pontos de vista do jornalista.

Para que se proceda à análise de certos gêneros jornalísticos torna-se relevante, portanto, compreender os processos de produção textual e de compreensão textual, pois sabendo como funcionam esses processos pode-se compreender como o jornalista, por exemplo, constrói o texto/discurso guiando-se por certos princípios de textualização que lhe ajudarão a criar o sentido pretendido e o sentido que se quer que seja compreendido pelos ouvintes/leitores.

Breves apontamentos teóricos sobre a evidencialidade

Foi com a publicação em 1986, de *Evidentiality: the Linguistic Coding of Epistemology* (CHAFE; NICHOLS, 1986), que essa categoria passou a receber maior importância como objeto de estudo, tornando-se recorrente na área da Linguística. A partir daí, várias perspectivas sobre o assunto surgiram, no mundo todo.

A evidencialidade é a categoria por meio da qual se marca a fonte da informação do enunciado. Na língua portuguesa, a evidencialidade pode ser expressa por itens lexicais, principalmente por meio de verbos. Considera-se que os evidenciais se relacionam à modalidade epistêmica uma vez que qualificam a validade da informação, por meio da indicação das fontes de que o falante dispõe. Nesse sentido, pode-se dizer que operam no campo do conhecimento e também manifestam o comprometimento do falante com relação ao enunciado, como se vê nas ocorrências seguintes:

- (01) Consequência mais grave, segundo especialistas ouvidos pela Folha, é que operações desse tipo podem destruir um trabalho paciente de contato entre assistentes sociais e dependentes, com vistas a um futuro tratamento. (Editorial, FSP, 06/01/2012)
- (02) De acordo com o TMZ, a família pediu que o corpo de Houston fosse liberado até amanhã porque não foi detectado indícios de trauma ou de um ato criminoso. (Notícia, FSP, 13/02/2012)

Nas ocorrências acima, pode-se ver que os autores fazem uso de marcadores de evidencialidade (*segundo* e *de acordo com*). O autor do editorial, em (1), traz a voz dos “especialistas ouvidos pela Folha”, ancorando sua argumentação nessa terceira voz. Já o autor da notícia em (2), uma vez que tem o objetivo de fazer os leitores saberem de um fato ocorrido, traz a informação veiculada por outra fonte para proporcionar mais detalhes à notícia, e assim, deixá-la confiável. Veja que ambos os autores trazem uma fonte externa, de modo a conferir mais confiabilidade e validade a seus textos.

De acordo com Willet (1988), há dois tipos de qualificação evidencial: a direta, na qual o falante apresenta-se como fonte da informação (por meio de uma percepção sensorial), e a indireta, na qual a informação é adquirida por meio de uma inferência

(evidencialidade inferida) ou por meios verbais (evidencialidade relatada). A partir do estudo de Willet, outras classificações para o fenômeno foram surgindo, tais como o de Botne (1997), que propõe considerar-se a evidência atestada, relatada ou inferida, como modos de obtenção da informação; sendo que o falante ou outra pessoa seria a fonte da informação.

Os dois autores citados até agora tratam apenas da evidencialidade gramatical, no entanto, como lembra Vendrame (2010), é possível afirmar que toda língua tem modos de marcar a fonte da informação, mas nem todas essas línguas a marcam por meios gramaticais. De acordo com Aikhenvald (2004, p. 10), o fato de uma língua “ter meios lexicais para opcionalmente especificar a fonte do conhecimento é provavelmente universal”. Em línguas indígenas, por exemplo, há uma necessidade de se marcar a evidencialidade direta (percepção sensorial) por meios gramaticais, enquanto que na língua portuguesa isso não ocorre.

Segundo Dik (1989) e Hengeveld e Mackenzie (2008), a evidencialidade é um subtipo de modalidade. Para Dall’Aglio-Hattner (2007, p. 108), um dos argumentos que podem justificar a superioridade da modalidade epistêmica está relacionado à subjetividade e inspira-se em Lyons (1977), que determina que qualquer enunciado no qual o falante qualifica explicitamente seu comprometimento com a verdade da proposição enunciada é um enunciado epistemicamente modalizado. Assim, ao indicar as fontes de que dispõe, o falante estaria qualificando a validade da informação que veicula, assegurando sua confiabilidade e estabelecendo seu grau de comprometimento em relação à proposição, de modo que os evidenciais também passem a ser entendidos como manifestações da modalidade epistêmica, assim como os indicadores de certeza ou possibilidade, que qualificam o valor de verdade da proposição. Ambos os tipos de qualificações, portanto, seriam expressões da opinião e atitude do falante perante a proposição, o que lhes daria o mesmo rótulo de qualificações subjetivas.

Segundo Dall’Aglio-Hattner (2001), no entanto, a evidencialidade é uma categoria hierarquicamente superior à modalidade. Para a autora, isso ocorre porque sem a evidência é impossível se fazer qualquer tipo de avaliação de probabilidade de um fato. Além disso, Dall’Aglio-Hattner (2001, p. 60) considera, também, que

[...] evidencialidade e modalidade epistêmica são claramente diferentes: enquanto os julgamentos epistêmicos são baseados no grau de certeza que o falante tem sobre o conteúdo enunciado, os evidenciais indicam as fontes a partir das quais o falante obteve a informação enunciada.

Existem assim duas tendências a respeito da relação entre essas duas categorias: a primeira tende a considerar a evidencialidade como uma subcategoria da modalidade epistêmica. Assim, os evidenciais seriam um tipo de modalizador epistêmico. Outros adeptos dessa visão, além de Dik (1989) e Hengeveld e Mackenzie (2008), são Givón (1982), Willet (1988), dentre outros. A segunda tendência, defendida, como visto, por Dall’Aglio-Hattner (2001), Van Valin e La Polla (1997), Nuyts (1993, 1994, 2001), dentre outros, considera a evidencialidade como superior à modalidade, ou seja, necessária e determinadora da avaliação epistêmica.

Como se pode perceber, a relação entre modalidade e evidencialidade é muito estreita. Tanto é assim que, em alguns casos, é possível dizer que ocorre uma superposição

na classificação. É o caso de verbos de atitude proposicional, que podem ser interpretados como expedientes de modalização e de evidencialidade, como no exemplo abaixo, em que o verbo *achar*, além de indicar evidencialidade (inferência ou crença do falante), também deixa transparecer algo em relação à avaliação do falante sobre o valor de verdade da proposição.

- (03) Depois de algum tempo observando a olho nu a política na capital da República, acho que será pequeno o dano de imagem para a presidente Dilma Rousseff por causa do imbróglio envolvendo o curioso e encrencado ministro do Trabalho, Carlos Lupi. (FSP, 03/12/2011)

O presente trabalho adere à segunda tendência, considerando que os evidenciais são responsáveis pelas qualificações modais epistêmicas que surgem no enunciado, ou seja, determinam tais qualificações. Isso poderá ser observado nas ocorrências do *corpus*, onde a presença do evidencial poderá trazer mais confiabilidade ao texto (veicula-se a atitude do falante a respeito da proposição, seu grau de certeza a respeito da informação) de modo que o jornalista de notícia, por exemplo, poderá se valer de uma informação do terceiro, para trazer mais veracidade ao seu texto, sem, no entanto, se comprometer totalmente com esta.

Dall’Aglío-Hattner (2001) ainda faz uma distinção entre evidencialidade direta, ou seja, atestada pelo falante (percepção sensorial), e evidencialidade indireta, que pode ser relatada (definida, quando a fonte é identificável; indefinida, quando a fonte não é identificável; ou de saber comum, quando a fonte da informação é um saber tido como compartilhado), ou inferida.

Neste trabalho, a classificação das ocorrências norteou-se pela tipologia acima: fez-se uma distinção entre evidencialidade reportativa (de fonte diferente do falante), evidencialidade inferencial e evidencialidade direta (percepção sensorial). São analisadas, ainda, ocorrências de evidenciais reportativos, classificando-os de acordo com a fonte da informação (definida, indefinida ou de saber comum).

Aspectos metodológicos

Este trabalho se fundamentou teórica e metodologicamente em pressupostos funcionalistas, o que significa dizer que se fez uma descrição da língua em uso efetivo e real, e se buscou por uma análise integrada dos fenômenos linguísticos, em que os níveis sintático e semântico se concretizam no nível pragmático, no sentido de que as pressões interpessoais governam as regras representacionais e morfossintáticas.

O *corpus* foi coletado em edições do jornal *Folha de S.Paulo* do ano de 2011/2012. Foram localizados todos os elementos responsáveis pela manifestação da evidencialidade. Em seguida, foram analisadas as ocorrências com esses elementos, de acordo com Dall’Aglío-Hattner (2001), estabelecendo a diferenciação entre os tipos de evidencialidade (reportativa, inferencial, percepção sensorial), buscando explicar a forma como a marcação (ou não) da evidencialidade caracteriza os gêneros do jornal sob análise.

A análise foi quantitativa e qualitativa, e objetivou-se caracterizar os gêneros jornalísticos analisados, a partir do uso dos expedientes de evidencialidade, estabelecendo uma análise mais integrada da subjetividade que se manifesta por meio da língua em situações concretas de uso.

A análise da expressão da evidencialidade: resultados

Nos textos analisados foram encontradas quase todas as formas de expressão da evidencialidade, conforme se pode ver na tabela seguinte, em que se vêem os tipos de evidenciais de acordo com o modo de obtenção da informação:

Tabela 1. Tipos de evidencialidade e gêneros textuais

Gênero ArGênero	Evid. Reportativa Evid. Reportativa	Evid. Inferida Evid. Inferida	Percep. Sensorial Percep. Sensorial	Total Total
Artigos de opinião Artigos de opinião	172 – 54,90%	139 – 44,50%	2 – 0,60%	313 – 100%
Editoriais Editoriais	93 – 45,15%	113 – 54,85%	0	206 – 100%
Notícias NoticiNotícias	446 – 87,80%	61 – 12%	1 - 0,20%	508 – 100%
Total Total	711 – 69,23%	313 – 30,47%	3 – 0,29%	1027 – 100%

Nos artigos de opinião, um fato sintomático é o de que seus autores gozam de certa autonomia dentro da instituição jornal, ou seja, são mais livres quanto à possibilidade de expor suas opiniões dentro de seus textos. Assim, para fazer valer sua convicção sobre determinado assunto, o autor de um artigo de opinião construirá seu texto com recursos que possibilitem a realização de seus objetivos. A utilização de marcadores evidenciais, portanto, é um desses recursos, que é utilizado de modo a gerar diferentes graus de comprometimento do enunciador com o seu texto.

No *corpus*, apesar da pequena diferença entre os evidenciais reportativos e inferenciais, em artigos de opinião, há mais evidenciais reportativos. Nesse sentido, pode-se dizer que, ao apoiar-se mais em informações relatadas, o autor desse tipo de gênero, por ter relativa autonomia dentro do jornal em relação ao seu discurso (compromete-se mais com o discurso), tenta ‘relativizar’ esse comprometimento, apresentando o discurso do outro como âncora de seus próprios argumentos. Assim, na medida em que traz argumentos, e faz inferências (assumindo as ideias apresentadas como suas), trazendo sua voz e opinião para dentro do jornal, o enunciador evita uma possível oposição ou crítica dos que não concordam com seu texto, e conquista o apoio dos leitores, pois se respalda na voz de uma terceira pessoa.

Como os evidenciais reportativos foram os mais utilizados no *corpus*, tornou-se importante analisá-los de acordo com o tipo de fonte da informação. É o que mostra a tabela a seguir:

Tabela 2. Distribuição dos evidenciais reportativos de acordo com a fonte da informação

Gênero	Fonte definida	Fonte indefinida	Saber comum	Total
Artigos de Opinião	153 – 88,90%	18 – 10,50%	1 – 0,60%	172 – 100%
Artigos de opinião	153 – 88,90%	18 – 10,50%	1 – 0,60%	172 – 100%
Editoriais	62 – 66,70%	31 – 33,30%	0	93 – 100%
Editoriais	62 – 66,70%	31 – 33,30%	0	93 – 100%
Notícias	386 – 86,55%	60 – 13,45%	0	446 – 100%
Notícias	386 – 86,55%	60 – 13,45%	0	446 – 100%
Total	601 – 84,53%	109 – 15,34%	1 – 0,14%	711 – 100%
Total	601 – 84,53%	109 – 15,34%	1 – 0,14%	711 – 100%

Para o enunciador dos artigos de opinião, ganhar credibilidade é um de seus maiores objetivos, o que justifica a maioria dos evidenciais reportativos, e a maioria esmagadora de fonte identificável. Assim, como verifica Nagamura (2011, p. 78),

[...] os relatos de fonte identificável asseguram ao interlocutor a possibilidade de avaliar a qualidade da informação apresentada e, por isso, dão mais credibilidade ao enunciador. Os relatos de fonte não identificável, por outro lado, são mais facilmente contestados, prejudicando a credibilidade dos argumentos apresentados pelo enunciador.

A seguir, estão listados alguns exemplos retirados de artigos de opinião do jornal *Folha de S.Paulo* do ano de 2012:

- (04) O editor da revista, Gideon Rose, por exemplo, diz que a ordem do pós-guerra reconciliara democracia e capitalismo, mas acrescenta que a tarefa agora é “devolver o sistema à forma”. (Fonte definida – Evidencialidade reportativa, FSP, 12/01/2012)
- (05) Concordo com Ed Husain, especialista do Council on Foreign Relations, quando diz que não há legitimidade sem levar em conta a Irmandade Muçulmana – o grupo-mãe de todos os partidos islamitas vitoriosos até agora, onde houve eleições. (Fonte definida – Evidencialidade reportativa, FSP, 15/12/2011)
- (06) A parte mais divertida é que, embora nenhum dos médicos e enfermeiros tenha notado que os pesquisadores não estavam doentes, 35 de um total de 118 pacientes perceberam. “Você não é louco. É jornalista ou professor”, disse um interno”. (Fonte indefinida – Evidencialidade reportativa, FSP, 17/12/2011)
- (07) Se aconteceu assim com um projeto menos ambicioso, imagine a confusão que dará a tentativa de colocar todos os países da região em uma ação conjunta, que, fatalmente, teria a liderança dos EUA... (Evidencialidade inferencial, FSP, 03/01/2012)
- (08) Em tese, se há menos gente pedindo seguro-desemprego é porque há mais gente conseguindo emprego, o que, por sua vez, significaria que os Estados Unidos estão saindo do poço, certo? (Evidencialidade inferencial, FSP, 16/12/2011)

As ocorrências acima dão uma ideia da dinâmica que ocorre com os artigos de opinião. Os evidenciais reportativos estão em maioria: nos primeiros exemplos, (4) e (5), o autor identifica sua fonte. Isso ocorre com frequência, pois se trata de uma estratégia que vai de acordo com o objetivo do autor: para ganhar credibilidade, ao mesmo tempo

em que relativiza seu comprometimento com o discurso, é necessário, além de trazer a voz do outro, identificá-la. Só assim seu texto gozará de confiabilidade, e ele conquistará o apoio de seus leitores, uma vez que estes poderão verificar a validade da informação. No exemplo (6), a não identificação da fonte da informação (através do uso do artigo indefinido “um”, abre margem para uma contestação dos argumentos, que poderá ser feita pelo leitor; por isso, essa estratégia é pouco utilizada pelos autores, assim como a apresentação de saberes compartilhados (fonte – saber comum), que ocorre uma única vez:

- (09) Sabendo-se o tratamento que os Estados Unidos, com governos democratas ou republicanos, dão a Cuba, fica fácil imaginar o problemão que será equiparar a Venezuela de Chávez à ilha caribenha. (Saber comum, FSP, 03/012012)

Os autores do artigo de opinião, como dito, gozam de autonomia para trazer sua voz ao texto, expondo seus argumentos de maneira livre. Dessa maneira, seus textos também estão recheados de inferências, ou seja, o autor faz previsões, baseando-se em fatos observáveis, portanto, como se vê nos exemplos (07) e (08), há um emprego de verbos no futuro do presente e futuro do pretérito, caracterizando-os como marcadores da evidencialidade inferencial.

Em relação à forma de expressão, notou-se que a evidencialidade reportativa é expressa preferencialmente por meio de verbos, como por exemplo: diz que, acrescenta que, afirma que, disse, completou; e locuções prepositivas ou sintagmas nominais preposicionados, como por exemplo: de acordo com, segundo, etc.; enquanto que a evidencialidade inferencial é expressa preferencialmente por verbos no futuro do presente e futuro do pretérito (característica observada nos três gêneros). A evidencialidade direta, por meio da percepção sensorial, será discutida mais adiante, devido ao pouco número de ocorrências, nos três gêneros analisados.

Passando para a análise dos editoriais, tem-se quase o mesmo resultado, ao inverso: há uma pequena diferença entre evidenciais reportativos e evidenciais inferenciais, sendo que estes últimos estão em maioria.

Os editoriais se caracterizam por transmitir a opinião da instituição jornal (*Folha de S.Paulo*). Essa característica pode ser responsável pelos resultados observados. O jornal já goza de certa credibilidade no meio social, portanto, apesar de algumas vezes fazê-lo, não pode se comprometer ao máximo de modo a preservar sua imagem. O enunciador desse tipo de texto ainda se permite fazer inferências (assemelhando-se aos artigos de opinião), assumindo as ideias e argumentos expostos como seus (do jornal), no entanto, continua se respaldando na voz de uma terceira pessoa, trazendo muitos evidenciais relatados, ainda que nem todas as suas fontes sejam identificáveis (66,70% definidas e 33,30% indefinidas). Não se faz necessário identificar todas as fontes, devido, justamente, à credibilidade já cristalizada do jornal.

Abaixo estão alguns exemplos retirados do *corpus*, dos editoriais:

- (10) Sem reformas institucionais, produtivas e educacionais, o Brasil precisará contar com a sorte de ser bafejado por bons ventos internacionais. (Evidencialidade inferencial, FSP, 09/01/2012)
- (11) Mas o embate, pode-se prever, nada representará em termos de melhores critérios ou alívio para as vítimas das chuvas -é apenas mais uma intriga fisiológica. (Evidencialidade inferencial, FSP, 07/01/2012)

- (12) Como o governo é o garantidor dos títulos, poderá arcar com o prejuízo, caso os compradores recorram à Justiça para cobrir suas perdas. (Evidencialidade inferencial, FSP, 22/12/2011)
- (13) De acordo, por exemplo, com estimativas do economista Marcos Fernandes da Silva, da Fundação Getúlio Vargas, as finanças públicas teriam sido subtraídas ilegalmente em R\$ 40 bilhões, no período de 2002 a 2008. (Fonte definida – Evidencialidade reportativa, FSP, 03/01/2012)
- (14) Haveria mais sentido, diz o planejador urbano Thiago Guimarães, se complexos comerciais fossem construídos fora do centro, redirecionando o trânsito e a atividade econômica para áreas menos congestionadas. (Fonte definida – Evidencialidade reportativa, FSP, 25/12/2011)
- (15) Consequência mais grave, segundo especialistas ouvidos pela Folha, é que operações desse tipo podem destruir um trabalho paciente de contato entre assistentes sociais e dependentes, com vistas a um futuro tratamento. (Fonte indefinida – Evidencialidade reportativa, FSP, 06/01/2012)

As ocorrências (10), (11) e (12) mostram como o enunciador dos editoriais (investido do poder e credibilidade já cristalizada da instituição jornal) se permite fazer julgamentos e previsões sobre fatos que irão ocorrer, ou estão ocorrendo, se comprometendo fortemente com seu discurso, de modo que não se faz necessário para esse enunciador trazer uma terceira voz que sustente o que é dito; quando o faz, não tem uma preocupação em identificar todas as fontes externas (como faz o enunciador dos artigos de opinião), pois acredita que seus leitores não duvidam da autenticidade do jornal.

Quanto à forma de expressão dos evidenciais, verifica-se praticamente o mesmo que foi observado nos artigos de opinião: maioria verbos e locuções prepositivas para a evidencialidade reportativa; e verbos no futuro do pretérito e futuro do presente para a evidencialidade inferencial (como é possível ver nos exemplos já apresentados).

Finalmente, analisando-se as ocorrências das notícias, gênero que apresentou o maior número de marcadores evidenciais, dentre os três gêneros analisados, constatou-se a maioria esmagadora de evidenciais reportativos. É sabido que textos desse gênero devem prezar pela objetividade e imparcialidade, visando apenas ao fazer-saber, ou seja, sua função é apenas transmitir o evento ou acontecimento, por isso os evidenciais reportativos aparecem mais, sendo em sua maioria de fonte identificável (86,55%), uma vez que, é necessário ancorar-se em uma terceira pessoa para que não se fuja do objetivo geral do gênero, transmitindo a veracidade do conteúdo do texto e, conseqüentemente, não deixando espaços para dúvidas do leitor.

Abaixo estão alguns exemplos retirados do *corpus*, que deixam clara a estratégia do jornalista: transmitir os fatos e nada mais.

- (16) O primeiro-ministro britânico, David Cameron, defendeu que um referendo sobre a independência da Escócia seja realizado em 2013, contrariando a vontade do SNP (Partido Nacional Escocês), que deseja mais tempo para fazer a campanha separatista. (Fonte definida – Evidencialidade reportativa, FSP, 09/01/2012)
- (17) A zona do euro como um todo pode evitar uma recessão neste ano e há razões para ser mais otimista sobre as perspectivas para a região, disse a diretora-gerente do FMI (Fundo Monetário Internacional), Christine Lagarde, segundo o jornal sul-africano “Business Day. (Fonte definida – Evidencialidade reportativa, FSP, 09/01/2012)
- (18) Aviões de combate do Paquistão bombardearam esconderijos em áreas tribais próximas da fronteira com o Afeganistão nesta quarta-feira, afirmaram autoridades, no ápice de dois dias de violentos confrontos nas últimas semanas, iniciados por ataques do Taleban paquistanês. (Fonte indefinida – Evidencialidade reportativa, FSP, 01/02/2012)

- (19) Começou por volta das 11h desta segunda-feira o julgamento de Lindemberg Alves Fernandes, 25, acusado pela morte da estudante Eloá Pimentel, em 2008. O júri acontece em Santo André (Grande SP) e deve durar três dias, segundo previsão do Tribunal de Justiça. (Fonte definida – Evidencialidade reportativa, FSP, 13/02/2012)
- (20) Sem a dicotomia, seria impossível conceber um filme da suposta homossexualidade de Hoover sem cair no ridículo ou no inverossímil. (Evidencialidade inferencial, FSP, 05/12/2011)

A forma de expressão dos evidenciais encontrados nas notícias, mais uma vez, é semelhante à encontrada nos artigos de opinião e editoriais, sendo que locuções prepositivas e sintagmas nominais preposicionados estão em grande número.

Por fim, o último dado importante a ser analisado é a escassez de marcação da evidencialidade direta (percepção sensorial). Essa é uma característica natural da língua portuguesa, uma vez que nessa língua não é necessário marcar a informação como obtida por meios sensoriais. Dall’Aglio-Hattner (2001) constata, ainda, que, em língua portuguesa, quando não se explicita a fonte da evidência, pode-se simplesmente inferir que o falante teve acesso direto a ela por meio de uma percepção sensorial (visual ou auditiva).

Alguns dos poucos exemplos encontrados no texto estão abaixo:

- (21) Eu vi esse filme antes, em meia dúzia de cidades do mundo, de Praga a Washington, de Québec a Seattle. Foi nos anos 90, e assustaram tanto o establishment que o movimento foi batizado de “globalifóbico”, para tentar carimbá-lo como dinossauros que reagem ao inevitável. (Artigo de opinião, FSP, 13/10/2011)
- (22) A Folha viu um dos conviventes, como são chamados, exibir um celular que havia acabado de roubar de um “boyzinho”. A mercadoria é quase sempre trocada por droga, diz o educador. (Notícia, FSP, 09/01/2012)

Conclusões

A partir da análise e quantificação dos evidenciais presentes dos três gêneros em questão, foi possível caracterizá-los quanto ao seu grau de comprometimento com o discurso e subjetividade. Notou-se, então, como em pesquisa realizada anteriormente sobre os modalizadores, que artigos de opinião e editoriais são gêneros próximos, enquanto que notícias diferem devido à sua característica inerentemente objetiva de fazer-saber. Os evidenciais utilizados, portanto, são responsáveis por diferentes efeitos de sentido que estão de acordo com os enunciadores desses gêneros, de modo que não poderíamos lidar com outra teoria, a não ser com a funcionalista, uma vez que se trata de textos reais, produzidos em situações comunicativas recorrentes no dia a dia.

Vendo a língua como instrumento de interação, observa-se que as escolhas e estratégias discursivas adotadas pelos enunciadores não são aleatórias, ou seja, estão sempre relacionadas com um objetivo comunicativo qualquer e uma previsão das reações dos possíveis leitores.

O trabalho, portanto, propiciou uma análise mais precisa e um melhor entendimento dos expedientes linguísticos que estão à disposição dos escritores/autores/jornalistas, ou seja, havendo uma caracterização precisa desses gêneros, contribuiu-se para a formação dos que lidam com o texto jornalístico em seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

- AIKHENVALD, A.I.Y. *Evidentiality*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- BONINI, A. Os gêneros do jornal. In: KARWOSKI, A.M., GAYDECZKA, B.; BRITO, K.S. *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BOTNE, R. Evidentiality and epistemic modality in Lega. *Studies in Language*, Amsterdam, v. 21, n. 3, p. 509-532, 1997.
- CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Ed.). *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1986.
- COUTINHO, A. Schematisation (discursive) et disposition (textuelle). In: ADAM, J. M.; GRIZE, J. B.; BOUACHA, M. A. (Org.). *Texte et discours: catégories pour l'analyse*. Dijon: Editions Universitaires de Dijon, 2004. p. 29-42.
- DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. *Evidencialidade e modalidade: forma e função*. São Paulo: Fapesp, 2001. (Relatório de pesquisa).
- _____. Pesquisas em sintaxe: a abordagem funcionalista da evidencialidade. In: MASSINI-CAGLIARI, Gladis; BERLINK, Rosane; GUEDES, Marymarcia; OLIVEIRA, Taísa Peres de (Org.). *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia e sintaxe*. Araraquara: Cultura Acadêmica Editora, 2007. v. 12, p. 103-145.
- DIK, S. *The theory of functional grammar*. Pt 1. The structure of the clause. Dordrecht: Foris Publications, 1989.
- GIVÓN, T. Evidentiality and epistemic space. *Studies in Language*, Amsterdam, v. 6, p. 23-49, 1982.
- HENGEVELD, K; MACKENZIE, L. *Functional Discourse Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. v. 1.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- NAGAMURA, G. H. *Análise da evidencialidade no discurso da auto-ajuda da saúde*. (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2011.
- NUYTS, J. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. *Linguistics*, Hawthorne, v. 31, p. 933-969, 1993.
- _____. Epistemic modal qualifications: on their linguistic and conceptual structure. *Antwerp Papers in Linguistics*, Wilrijk, v. 8, 1994.
- _____. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 33, n. 3, p. 383-400, 2001.
- VAN VALIN, R. D. JR.; LA POLLA, R. J. *Syntax: structure, meaning and function*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- VENDRAME, V. *Os verbos de percepção ver, ouvir e sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2010.
- WILLET, T. A cross-linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality. *Studies in Language*, Dordrecht, v. 12, n. 1, p. 51-97, 1988.